

**REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 0415-26**

XXXXXXXXXXXXX LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, com endereço à XXXXXXXXXXXXXXXX, S/N, XXXXXX, XXXXX, Galpão XX, Pavimento XX, Bloco XX, Sala XXX, Bairro XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX/XX, CEP XX.XXX-XXX, por intermédio de sua advogada infra-assinada, e-mail [XXXXXXXX.XXXXX@XXXXXXXXXX.com](mailto:XXXXXXXX.XXXXX@XXXXXXXXXX.com), telefone (XX) XXXXX-XXXX, vem, respeitosamente, perante este órgão licitante, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da ampla competitividade, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**1. DA INCONSISTÊNCIA E CONTRADIÇÃO INTERNA**

O Edital em epígrafe e o seu Anexo I contêm exigências mutuamente excludentes, criando um cenário de incerteza técnica que inviabiliza a formulação de uma proposta idônea:

- Item 3.1 (Anexo I): Estabelece que a solução deverá fornecer conectividade com cobertura em "todo o território do Brasil".
- Item 4.3.8 (Anexo I): Exige que o plano de dados permita conexão "em qualquer local da América do Sul".

Esta divergência geográfica não é apenas uma imprecisão terminológica; ela constitui um vício insanável que compromete diretamente a adequada precificação do objeto.

O licitante é colocado em uma posição de dúvida objetiva: deve orçar uma operação logística e de tráfego de dados restrita ao território nacional (conforme item 3.1) ou deve considerar os custos operacionais, tributários e de infraestrutura de uma rede de cobertura continental (conforme item 4.3.8)?

Cumprе ressaltar que, no próprio mercado, a *Starlink* disponibiliza soluções distintas para cobertura nacional e cobertura global, sendo esta última, que abrangeria toda a América do Sul, um produto diverso, com características técnicas próprias e custo significativamente superior.

Tal diferença não é meramente conceitual, mas impacta diretamente a formação de preços, tornando inviável a equiparação entre os dois cenários.

Nesse contexto, a eventual exigência de cobertura global implicaria a adoção de um produto mais oneroso, cujo custo, em regra, não se compatibiliza com o orçamento estimado divulgado pela Administração.

Tal inconsistência reforça a insegurança jurídica do edital e evidencia a necessidade de clara delimitação do escopo, sob pena de comprometer a exequibilidade das propostas e a própria vantajosidade da contratação.

**2. DO FUNDAMENTO JURÍDICO E PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE**

A clareza e a precisão do edital constituem condição *sine qua non* para a validade e a regularidade do procedimento licitatório, na medida em que asseguram a compreensão inequívoca do objeto e das condições de participação por todos os licitantes.

A manutenção de cláusulas contraditórias compromete a segurança jurídica do certame e viola diretamente os princípios basilares que regem as licitações públicas.

No que se refere ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, é pacífico que o edital faz lei entre as partes.

Assim, a existência de disposições conflitantes impede a adequada interpretação das regras e inviabiliza o fiel cumprimento do objeto, gerando incerteza quanto às obrigações assumidas e abrindo margem para subjetividades indevidas na fase de julgamento.

Além disso, verifica-se restrição indevida à competitividade, aliada a um excesso de formalismo, quando se exige cobertura em toda a **América do Sul para um objeto que, conforme disposto no item 3.1, está claramente delimitado à operação em âmbito nacional.**

Tal exigência mostra-se desproporcional e desarrazoada, pois impõe ônus excessivo aos licitantes, eleva artificialmente os custos das propostas e afasta potenciais concorrentes plenamente aptos à execução do objeto no território nacional.

Em sentido inverso, pode ainda favorecer empresas que adotam precificação genérica, em prejuízo da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, evidencia-se a inexequibilidade técnica e econômica da proposta, **uma vez que a formação de preços deve refletir, com exatidão, o escopo do objeto licitado.**

A imposição de cobertura em nível continental, dissociada da real necessidade da Administração, configura evidente desvio de finalidade e compromete a racionalidade do certame.

Nessa hipótese, ou a Administração arcará indevidamente com custos relativos a uma cobertura que não será utilizada, ou permitirá a participação de licitantes sem efetiva capacidade operacional para o atendimento integral da exigência, o que potencialmente compromete a futura execução contratual.

**Cumprе destacar, ainda, que a própria Starlink adota, em sua prática comercial, a segmentação de planos e modelos de contratação por regiões geográficas, com distinções operacionais, técnicas e comerciais em âmbito global.**

Tal realidade evidencia que a exigência de cobertura irrestrita em toda a América do Sul não encontra respaldo sequer no padrão do mercado, tampouco em fornecedor que poderia servir como referência tecnológica para o objeto licitado.

Ao contrário, tal exigência revela-se desnecessária e desproporcional, na medida em que os serviços são estruturados conforme a área efetiva de atuação. Sua manutenção impõe ônus excessivo e injustificado aos licitantes, restringe a competitividade e compromete a adequada formulação das propostas.

Diante desse cenário, impõe-se a revisão e adequação das cláusulas editalícias, a fim de eliminar contradições, restabelecer a coerência do instrumento convocatório e assegurar a ampla competitividade, garantindo, assim, a seleção da proposta mais vantajosa, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência.

### 3. DA NECESSÁRIA RETIFICAÇÃO

Considerando que a finalidade da contratação é, conforme o próprio item 3.1, a conectividade para veículos em território brasileiro, a permanência da exigência de cobertura em toda a América do Sul carece de justificativa técnica e administrativa. Ante o exposto, requer-se:

1. A RETIFICAÇÃO IMEDIATA do Edital e de seu Anexo I, com a exclusão expressa da exigência de cobertura fora do território brasileiro, adequando o item 4.3.8 à realidade e necessidade da operação nacional descrita no item 3.1.

#### 2. SUGESTÃO DE REDAÇÃO CORRETIVA:

*"4.3.8. O plano de dados deverá permitir conexão à internet em qualquer local do território brasileiro, garantindo a mobilidade e a conectividade constantes conforme especificações do item 3.1."*

Termos em que, pede deferimento.

XXXXXXXX, 22 de abril de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
OAB/XX XXXXXXXXX